

Autoridade, família e terapia: discutindo a autoridade no contexto das relações sociais e familiares

Authority, family and therapy: discussing authority in the context of social and family relationships

Leonora Figueiredo Corsini

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

A proposta deste artigo é discutir a autoridade a partir de um recorte que inclui as perspectivas da Psicologia Social, da Filosofia Política, da Sociologia e da Epistemologia Sistêmica/Construcionista adotada na pesquisa e na clínica de famílias. Utilizando como suporte teórico as contribuições de autores como Serge Moscovici, Hannah Arendt e Richard Sennett, bem como de terapeutas e pensadores do campo das terapias familiares sistêmicas, nosso fio condutor nesta reflexão é a autoridade concebida como vínculo emocional transversal às relações sociais e familiares. Refletimos também sobre as implicações das transformações e reconfigurações das relações de poder e de autoridade nas mudanças que são percebidas nos contextos sociais amplos e nos grupos familiares.

Palavras-chave: Autoridade; Relações de poder; Vínculos sociais e emocionais; Terapia de família.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to discuss authority within a conceptual and theoretical frame that encompasses the perspectives of Social Psychology, Political Philosophy and Sociology, as well as the systemic approach to the research and practice of Family Therapy. Working with the contributions delivered by authors such as Serge Moscovici, Hannah Arendt, Richard Sennett, and investigators and therapists adopting the systemic-constructionist perspective, our connecting thread in this study is the emotional quality of the link of authority. We also address the implications of the changes and reconfigurations of authority and power relations taking place in the terrain of social and family groups.

Keywords: Authority; Power relations; Social and emotional links; Family therapy.

"[...] As pessoas criam a idéia de poder e depois se conduzem como se este realmente existisse. O poder é criado no contexto e todos os protagonistas do contexto participam para manter suas respectivas funções de poder."

Gregory
Steps to an ecology of mind

Bateson

INTRODUÇÃO

A questão da autoridade é ao mesmo tempo instigante e bastante atual. Pretendemos com este texto discutir como a autoridade – vista como vínculo emocional ou como relação entre forças – está presente tanto nos domínios teóricos e epistemológicos (mais especificamente nos modelos e práticas clínicas que utilizam uma abordagem sistêmico-construcionista), quanto nas práticas sociais cotidianas, nos consultórios e nas nossas próprias famílias.

Além disso, com o intuito de ampliar o debate sobre autoridade, trazemos algumas idéias de autores que, de fora do campo das psicoterapias, também tratam desta questão de maneira singular: Serge Moscovici (Psicologia Social), Hannah Arendt (Filosofia Política) e Richard Sennet (Sociologia). Pretendemos com isto fazer dialogar diferentes concepções sobre autoritarismo, autoridade, hierarquia, influência e relações de poder, idéias que, historicamente, vêm sendo colocadas em debate nas ciências sociais e humanas. Essas falas "estrangeiras" podem nos ajudar a criar ressonâncias que, na concepção de Moryn Elkaim (1990), são interseções que fazem vibrar dentro de nós sentimentos, elementos de nossa própria história, contribuindo para ampliar os sentidos possíveis para alguma determinada questão. No caso da questão que nos interessa aqui – a autoridade – poderiam ajudar também a criar aberturas para novas idéias, para uma nova visão a respeito das "queixas" trazidas por nossos clientes ou pelas pessoas com quem nos relacionamos. Assim, sem a pretensão de percorrer exaustivamente teorias e conceitos sobre a autoridade, ou mesmo de apresentar respostas, nosso objetivo é muito mais o de fazer um convite à reflexão e uma "provocação" a novas questões.

A psicóloga e terapeuta de famílias Rosana Rapizo (1995) já havia apontado que a questão do poder e da hierarquia vem ocupando tanto terapeutas quanto pensadores influentes no campo (Gregory Bateson é um exemplo), estando presente de maneira significativa no desenvolvimento das formulações teóricas e técnicas que marcaram o percurso e as evoluções da abordagem sistêmica na terapia familiar. Começamos então analisando como as noções de poder, hierarquia e autoridade aparecem nos desenvolvimentos e nos diferentes caminhos das práticas sistêmicas.

Da Teoria dos Sistemas Gerais ao Construcionismo Social

A abordagem sistêmica desenvolveu-se a partir de estudos multidisciplinares sobre os sistemas e suas propriedades, na perspectiva das suas relações constitutivas. A partir das contribuições de pesquisadores de diversas áreas, como o biólogo Ludwig von Bertalanffy, os antropólogos Margaret Mead e Gregory Bateson, (cf. RAPIZO, 1998) entre outros, a Teoria dos Sistemas estabeleceu-se como disciplina ao redor dos anos 1950, apropriando-se e aproximando-se de conceitos e princípios da Ontologia, da Epistemologia, da Física, da Biologia e da Engenharia, com o objetivo de estudar as correspondências ou isomorfismos entre sistemas de todo o tipo.

Já a Cibernética, que pode ser considerada uma derivação dos estudos sistêmicos, ocupa-se dos processos de comunicação e controle nos sistemas. Um dos seus principais formuladores foi o matemático norte-americano Norbert Wiener, que desenvolveu estudos sobre lógica, modelos matemáticos e física probabilística, que viriam a impulsionar as ciências da computação e da informática (RAPIZO, 1998).

Nos primórdios dos trabalhos com famílias, tanto a Teoria dos Sistemas Gerais quanto a Cibernética possibilitaram estudos sistemáticos sobre padrões relacionais e comunicacionais nas famílias – sempre vistas como sistemas autônomos – e suas principais conclusões deram origem ao processo de construção do corpo teórico, técnico e prático da clínica de famílias. Segundo os formuladores e seguidores das teorias sistêmicas e cibernéticas acerca dos padrões de comportamento e funcionamento dos seres vivos, um sistema é autônomo se puder especificar suas próprias leis, aquilo que é próprio dele.¹ E o mecanismo que torna os seres vivos sistemas autônomos é a *autopoiese*, ou a propriedade de se autoconstituírem e se auto-regularem. Assim, os terapeutas sistêmicos apropriaram-se do conceito de sistemas autônomos, aplicando-o tanto à família e a cada um de seus integrantes, quanto ao próprio processo terapêutico.

Contudo, houve um deslocamento de perspectiva com relação ao lugar de poder do terapeuta e às posições hierárquicas organizadoras tanto das relações familiares de um modo geral, quanto das relações das famílias que procuram ajuda na terapia. Este deslocamento operou um verdadeiro divisor de águas entre o que conhecemos como Cibernética de Primeira e Segunda Ordem: de uma visão do terapeuta como o “especialista” que conduz e dirige o processo de mudança (que as famílias consideradas “disfuncionais” não conseguiriam lograr espontaneamente) para a idéia de que o “cliente é o especialista”, no sentido de que é ele quem sabe ou quem elege aquilo que precisa ser mudado. Além disso, passou-se a pensar, no lugar do par funcionalidade/disfuncionalidade, em termos de padrões estéticos em congruência com contextos sociais, relacionais e políticos.

A esta “virada” no campo sistêmico vieram se somar as influências teórico-conceituais do Construcionismo Social, que aportaram e refinaram novos modelos de comunicação ao introduzirem a hermenêutica, a conversação e a crítica literária na prática clínica, além dos paradigmas dos sistemas caóticos² e heterogêneos e da idéia de acaso.³ Autores como Keneth Gergen, Michael White, Félix Guattari, Tom Andersen, Harold Goolishian, Harlene Anderson, Mony Elkaim, Ernst von Glaserfeld, Ilya Prigogine, Saúl Fuks (cf. SCHNITMAN, 1996), entre outros, constituíram, em seu trabalho clínico e de pesquisa, importantes referências para esses novos modelos. E, como pano de fundo de todas essas tendências, o questionamento da idéia de que o observador ocupa um lugar exterior ao sistema que observa, bem como a emergência de perspectivas multidimensionais, pluralísticas e de maior sensibilidade para o fato de que a realidade é socialmente construída, e nossa objetividade deve ser colocada entre parênteses.

Todas essas novas idéias e perspectivas despertaram um renovado interesse pela criatividade, pela curiosidade e pela postura reflexiva, além de incentivarem o abandono dos modelos explicativos baseados na idéia de déficit ou falta. Enfim, ao substituírem os circuitos de retroalimentação dos sistemas cibernéticos por circuitos intersubjetivos de diálogo, os terapeutas de famílias puderam lançar um novo olhar sobre um conjunto de questões que dizem respeito diretamente tanto aos grupos íntimos familiares quanto a contextos sociais mais amplos.

Autoridade: Produção Discursiva, Vínculo Emocional e Carisma

Serge Moscovici, psicólogo social que formulou a Teoria das Representações Sociais (1978), cujo objeto é a produção simbólica e discursiva de grupos sociais em interação,⁴ interrogou-se um dia se existiriam diferenças entre liderança masculina e liderança feminina. Como estudioso dos chamados pequenos grupos e da influência das minorias, Moscovici imaginava que a situação de conflito enfrentada pelas mulheres que aspiram a e/ou exercem posições de liderança – seja na política, no trabalho ou nas relações sociais como um todo – estaria relacionada com normas sociais mutuamente excludentes: por um lado, estereótipos/ideologias de gênero; e, por outro, a idéia de que a liderança é algo caracteristicamente masculino. Após realizar e publicar seus estudos sobre a relação entre liderança e estilos de comportamento e a influência social, Moscovici (1981, 1986) concluiu que a ação do líder deveria ser analisada em termos dos vínculos afetivos que se estabelecem nos relacionamentos entre líderes e liderados. Moscovici propôs ainda que os pesquisadores do campo das ciências sociais e humanas tentassem “dessacralizar” a questão da liderança, livrando-a de aspectos morais e privilegiando a dimensão ética/estilística dos fenômenos sociais a ela vinculados.

Tal recomendação ganha sentido a partir da sua observação de que os cientistas políticos e sociólogos pareciam ocupar-se mais do que os próprios psicólogos – que até então privilegiavam os aspectos da hierarquia e da organização interna nas dinâmicas de adaptação dos grupos à realidade social – da questão dos afetos no exercício da liderança. Haveria assim uma espécie de polarização entre uma compreensão “fria” da liderança – como processo mecânico e impessoal – e uma visão “quente”, que faz emergir tanto as situações de crise quanto os vínculos construídos entre os líderes e os grupos. Quando chama a atenção para a dimensão “quente” da liderança, que inclui seus aspectos afetivos e políticos, Moscovici (1986) articula sua proposição com os princípios de igualdade e legitimidade do poder na base de uma dominação que ele denomina “carismática”, ressaltando ainda que a dominação carismática opera fora de qualquer hierarquia, apoiando-se em um *link* emocional direto no interior do coletivo.

Não poderíamos deixar de mencionar aqui as análises de Max Weber a respeito da dominação carismática. Max Weber (1996) define o carisma como uma qualidade que se manifesta na vida social e que confere um caráter extraordinário, até mesmo sobre-humano, a personalidades a quem são atribuídas forças excepcionais e exemplares para comandar, guiar, liderar. A validade e a legitimidade do carisma de um líder ou de um chefe corresponde ao reconhecimento que, por sua vez, se origina do respeito à força do herói, da confiança depositada no chefe, da entrega à revelação. Os predicados de uma força extraordinária, de um saber incomum escapam aos ordenamentos econômicos e burocráticos

e às qualificações profissionais ou de ofício, não possuindo, portanto, qualidades axiológicas. Nas palavras de Weber (1996, p. 195, tradução nossa).

A dominação carismática supõe um processo de comunização de caráter emocional. [...] Opõe-se, por ser fora do comum e extracotidiana, tanto à dominação racional – especialmente a burocrática – quanto à tradicional – especialmente a patriarcal e patrimonial ou estamentária. Estas são formas de dominação cotidiana, rotineira, enquanto a carismática (genuína) é justamente o oposto.

Com o intuito de examinar em mais profundidade a dimensão relacional/emocional e social da autoridade, iremos agora aproximar as considerações sobre liderança e dominação carismática às reflexões de Hannah Arendt (2000) acerca do que foi a autoridade no passado e a crise da autoridade no presente; e às de Richard Sennett (2001), que vê a autoridade como laço afetivo, um compromisso que se estabelece no interior da sociedade para garantir o seu próprio funcionamento. Na visão desses dois autores, a autoridade possui uma dimensão política e também um caráter ambivalente e paradoxal, que se expressa na tensão entre o desejo e a necessidade de figuras de autoridade e o medo e a recusa que esta mesma autoridade suscita.

Hannah Arendt: a Autoridade entre o Passado e o Futuro

Hannah Arendt, conhecida como a pensadora da liberdade, viveu importantes transformações políticas da história contemporânea, tendo se dedicado a estudar a formação dos regimes autoritários e totalitários instalados na primeira metade do século XX, além de defender os direitos individuais e a família contra as “sociedades de massas” e os crimes contra a pessoa. A ela interessava explicar por que milhares de pessoas haviam aderido ao regime autoritário que permitiu a expansão do nazismo na Europa naquele período. Procurando evitar fazer uma dicotomia entre individualismo e totalitarismo como regimes instituídos pelas estruturas de poder vigentes, Arendt (2000) interessou-se particularmente pela problemática da “crise da autoridade”.⁵

De acordo com sua abordagem, a autoridade é incompatível com a coerção e o uso da força; além disso, o conceito de autoridade diz respeito a uma realidade aparentemente paradoxal. Por um lado, descreve uma relação de mando e obediência que, no entanto, não depende da força; por outro, não opera por meio da persuasão, não é uma relação igualitária, mas uma relação hierarquizada.

Preenchendo a lacuna entre o passado e o futuro, a autoridade é o horizonte de possibilidade das ações constitutivas da condição humana, ações coletivas que fundam o coletivo, a vida em comum. Em *A condição humana* (2001), a autora Hannah Arendt propõe duas esferas ou dois modos constitutivos da existência humana: a vida contemplativa e a vida ativa. A vida ativa é concebida como a esfera da vida comum a todos os homens, da qual não se pode escapar e que compreende três instâncias assentadas em princípios e critérios heterogêneos e estruturalmente distintos: labor (*poiesis*), as trocas do organismo humano com o ambiente, a produção e a manutenção daquilo que o organismo necessita para continuar existindo; intelecto (pensamento), a atividade mental, a meditação que se dá de maneira solitária, individual e introspectiva; e ação (práxis), a ação política que, ao contrário, é voltada para o exterior, permeando as relações sociais. Esta tripartição da atividade humana em domínios estruturalmente distintos remonta à Filosofia aristotélica e permaneceu válida e inquestionada até há bem pouco tempo, embora hoje a divisão estanque entre labor, ação e intelecto (ou entre o corpo, a mente e o social/político) seja alvo de críticas.

A crise da autoridade, ao colocar em xeque a fundação, o que já está constituído, faz disparar processos de mudança e renovação, passando a ter um caráter constituinte. O processo crise-mudança poderia assim explicar os sentimentos de angústia e perda que marcam as narrativas dos que vivenciaram períodos de grandes transformações sociais como as guerras, por exemplo. Além disso, de acordo com a análise de Hannah Arendt, autoridade e poder são fenômenos da vida política que não podem ser instrumentalizados para a obtenção de objetivos pessoais; o poder é, em última instância, uma ação política, um fim em si mesmo.

Primeiramente, a nosso ver, seria interessante resgatar nessa análise histórica e política o sentido de “autoria”: *auctores* entre os romanos designa aqueles capazes de magnificar, de inspirar uma obra, de reconectá-la com seu propósito original. A autoridade pensada como “autoria” de uma narrativa não é, contudo, algo que se situe nos limites da linguagem; esta autoria é construída e se abre, de acordo com Félix Guattari, (apud Cecchin, 1996) “a outra coisa: àquilo que faz com que a linguagem, a construção narrativa seja uma encruzilhada existencial, uma possibilidade de abertura pragmática”.

Outro aspecto a ser enfatizado é que a autoridade que conhecemos a partir da experiência da fundação entre os romanos e que compreendemos à luz da Filosofia Política inspirada na tradição grega não pode mais ser restabelecida ou restaurada, seja por meio da revolução, tampouco por meio dos vendavais conservadores que, de vez em quando, assolam a opinião pública. Isto porque, toda vez que esta autoridade encontra o seu limite, ela entra em crise, uma crise constante, cada vez mais ampla e profunda, que marcou e atravessou o desenvolvimento da modernidade, cujos pilares também foram postos em xeque, como já vimos. Mas, trata-se sempre de uma crise política em um sentido bem amplo, que traz consigo perspectivas de mudança e renovação e, por isso mesmo, tem uma dimensão positiva e produtiva.

Segundo Hannah Arendt (2001), as perguntas que poderíamos fazer seriam: "O que foi a autoridade?"; "O que pretendemos fazer com ela no futuro?", sempre acolhendo a idéia de que a fonte da autoridade vai muito além do poder pelo poder; e que a autoridade transcende as figuras que estão no poder.

Autoridade como Emoção Paradoxal: Contribuições de Richard Sennett

O sociólogo Richard Sennett define a autoridade como um vínculo social – ou uma emoção – que se constrói entre desiguais. No ensaio *Autoridade* (2001), o autor nos diz que, ao lado da fraternidade, da solidão e do ritual, a autoridade constitui uma emoção claramente social que se manifesta tanto nas suas formas tradicionais (autoridade do pai de família, do chefe, do dirigente político) quanto na dimensão de revolta/resistência contra a figura de autoridade.

Esta perspectiva destaca o quanto a autoridade é estruturante das relações entre as pessoas, ao mesmo tempo que procura indicar os mecanismos pelos quais buscamos, consciente ou inconscientemente, balizar nossas relações por um equilíbrio de forças, um equilíbrio que acontece a partir de uma tensão entre autonomia/inautonomia, dominação/submissão. Seria ilustrativo desta tensão o caso de cônjuges que, mesmo insatisfeitos com o casamento, não conseguem se separar, preferindo viver reclamando do(a) parceiro(a), chegando, às vezes, a rejeitá-lo(a). Para Sennett (2001), neste caso a rejeição funcionaria como uma máscara para a manutenção do vínculo de dependência ou co-dependência, o que também reforça sua idéia de que o laço de autoridade é construído a partir do reconhecimento de uma desigualdade.

Poderíamos acrescentar, como mais um exemplo, o dilema experimentado pelos adolescentes que, de um modo geral, oscilam entre a rejeição e a necessidade de uma figura (ou figuras) de poder; por não terem ainda autonomia necessária para efetivamente romper com os laços familiares e prescindir do poder familiar, rejeitam a autoridade das figuras parentais, atacando os pais por meio de comportamentos transgressores e de palavras agressivas.

A autoridade é um vínculo *ambivalente*, que oscila entre o medo/negação e o reconhecimento/ilusão; é também uma relação que se constitui a partir de um jogo psicológico de forças, que apresenta algumas facetas: autonomia, influência, disciplina e controle. Autonomia costuma ser confundida com liberdade, mas pode ter também um sentido de autoridade impessoal, um vínculo unilateral que visa garantir a influência, fazer com que o outro faça aquilo que se deseja. Nesse sentido, a autonomia estaria mais próxima da idéia de independência, ou seja, de precisar menos do outro para conseguir lograr um intento, do que da idéia de liberdade.

Para explicar a articulação entre autoridade, influência e controle, Sennett (2001) põe o foco nas relações e nas divisões do trabalho, enumerando diversas teorias das ciências da administração que avaliam a qualidade gerencial em função da capacidade de influenciar e motivar os trabalhadores/empregados. A idéia subjacente é que o exercício da autoridade determina a disposição dos empregados de uma empresa a encontrarem um sentido e um valor naquilo que fazem. Assim, a maior produtividade estaria relacionada com a capacidade do dirigente de apresentar-se como alguém que possui uma força, um poder insondável, além da capacidade de não se envolver, de não estabelecer uma relação de empatia com seus subordinados.

Outra idéia interessante desenvolvida pelo autor, desta vez inspirado na Filosofia hegeliana, é a da aceitação como fórmula para superar o medo inspirado pela autoridade: quando trazemos para bem perto as figuras de autoridade, perdemos o medo delas como seres misteriosos e insondáveis, de modo que os traços de mistério são eliminados: "[...] os efeitos maléficos da autoridade só podem ser combatidos mediante a aproximação cada vez maior da figura de autoridade. Quanto mais distante estiver esse personagem, mais ele inspira medo e reverência. Quanto mais perto chega, menos onipotente ele parece" (SENNETT, 2001, p. 212).

Concordando com Hegel (1807-2001), Sennett sustenta que o vínculo da autoridade vai permitir que as pessoas deixem de ter medo das figuras de poder e passem a agir autonomamente. Para ilustrar esta idéia, ele utiliza a famosa *Carta al padre* (Carta ao pai) de Franz Kafka (2002), na qual fica explicitado o conflito permanente que havia entre o escritor e seu pai, e a tentativa de ultrapassar este conflito por intermédio de uma carta. Na primeira parte da narrativa, Kafka expõe ao pai por que, desde seu ponto de vista, a relação entre os dois era tão conflituosa e lamentável; em seguida, acrescenta uma resposta imaginada do pai; por fim, em um último parágrafo, dá a sua resposta a esta reação imaginada do pai. Assim, há uma troca de lugares: a dominação autoritária do pai despótico é justificada na primeira narrativa de Franz, o qual passa, em um segundo momento, a ser o verdadeiro tirano, para depois retornar à posição de vítima.

Na leitura de Sennett, Kafka escreve esta carta para se aproximar de um pai idealizado e ainda temido; este, por sua vez, responde reflexivamente pela voz do filho, como em um jogo de espelhos. O ritual epistolar-especular poderia se prolongar indefinidamente, mas o próprio Kafka nos adverte que, se é verdade que depois da carta ambos, pai e filho, poderão levar suas vidas (e caminhar para suas mortes) tranqüilamente, há algo que ainda escapa: "Claro que as coisas não se ajustam na realidade tal como se ajustam as evidências em minha carta, a vida é mais do que um quebra-cabeças" (KAFKA, 2002, p. 85).

Uma possível leitura dessa abordagem da autoridade (e que tem ressonâncias com as outras análises apresentadas até aqui) seria que tanto nossa necessidade da autoridade quanto nossa resistência a ela são moldadas pela história e pela cultura, tendo como pano de fundo uma predisposição psicológica.

Quando a Questão da Autoridade Aparece como Legitimidade

Passando agora para o plano das relações familiares, trazemos como um outro ponto de reflexão a questão da legitimidade. Ao considerar o autoritarismo nos domínios do social e do político como um regime de poder respaldado e legitimado por um código de leis – entendendo a legitimidade como uma força externa que ultrapassa o plano político, mas que é, ao mesmo tempo, uma potência, uma força transformadora –, Hannah Arendt (2000) já havia sugerido uma conexão entre autoridade e legitimidade. Também Sennett (2001) insiste no fato de que a autoridade de uma pessoa não se baseia simplesmente em princípios abstratos do direito: a materialidade das relações afetivas faz com que a percepção da autoridade transmitida por alguém pressuponha diferenças de força, apontando ao mesmo tempo para a experiência de alteridade e para uma relação de dominação que, inclusive, pode ser revertida.

Assim, poderíamos pensar que a autoridade é legitimada, no caso da família, em um processo que também passa pelas relações de força – ou jogos de poder, no sentido dado por Foucault (1987) – que se estabelecem no interior da família nuclear (pai-mãe-filhos); por sua vez, a figura de autoridade necessita do respaldo de sua condição parental legal. Verificamos aí uma tensão entre forças não excludentes: de um lado, a relação construída na diferença; de outro, a validação legal deste estatuto de diferença.

Outro aspecto importante a ser considerado diz respeito ao ciclo vital da família: os casamentos, as separações e divórcios, os nascimentos dos filhos, a morte. A legitimidade da autoridade passa a ter uma *temporalidade*: imbricada na própria história da família, vai conferir sentidos diferentes às relações e aos vínculos construídos com base na autoridade. Do lugar da clínica de famílias, podemos observar, por exemplo, como a maior incidência de separações e de recasamentos hoje repercute nas relações familiares. Rapizo et al. (2001) observam que, quando acontece a separação do casal, os membros dos sistemas envolvidos precisam reconstruir referências, redes, estruturas de apoio, papéis sociais etc. A decisão de um casal de se separar provoca alterações que se estendem a toda a rede de relações construída ao longo do casamento, para além das relações do próprio casal e seus filhos. Um dos efeitos possíveis é o rompimento dos laços de afinidade construídos entre sogros e sogras que adotam como filhos/filhas afins os cônjuges de seus filhos/filhas biológicos (BARROS, 1987).⁶

O divórcio e o recasamento também repercutem nas hierarquias verticais que se estabelecem e legitimam "uma" figura de autoridade na família nuclear. Essa hierarquia acaba, muitas vezes, dando lugar às relações horizontais entre iguais (irmãos "biológicos" e irmãos "agregados").

Além disso, não podemos esquecer o crescente número de mulheres que sustentam e chefiam sozinhas suas famílias, deixando de dividir o lugar de autoridade com um parceiro;⁷ as famílias monoparentais (quando só o pai, ou só a mãe assume a educação dos filhos); os casais homossexuais com filhos; ou os casais separados que optam pelo sistema de guarda compartilhada de seus filhos menores. Todas essas situações permitem imaginar que a suposta "crise de autoridade" contemporânea poderia estar

relacionada a formas menos tradicionais de posicionamento e identificação no interior das novas configurações familiares que, de alguma maneira, espelham as transições e mudanças constitutivas de novas relações e vínculos e de uma também nova institucionalidade social.

A Autoridade na Relação Terapêutica

Retomando a questão inicialmente colocada, de como a autoridade, em suas novas expressões relacionais, pode repercutir nas terapias, especificamente na clínica de famílias, relançamos a pergunta: o que acontece quando, removidas as barreiras entre terapeutas e clientes, todos participam de um diálogo sobre mudança e até mesmo terapeutas e clientes trocam de lugares? Com as mudanças ocorridas tanto nos domínios da ação e da prática de pesquisa quanto no campo da clínica ampliada, a qual se abre cada vez mais à interdisciplinaridade e à constituição de equipes que conjugam diferentes e múltiplos saberes, os terapeutas/investigadores passaram a incluir como premissa básica a idéia de que a linguagem não é totalmente neutra, e que uma postura colaborativa deve necessariamente estimular uma atitude de curiosidade e a reflexão permanente sobre a própria prática terapêutica e de investigação.

Marcelo Pakman (1999), terapeuta e estudioso da família, considera que a Epistemologia tradicional (é tradicional para este autor tudo aquilo que tendemos a considerar "natural" e que vai adquirindo um contorno ideológico, sem suscitar questionamentos ou reflexões) teve como seus pilares os princípios da objetividade e da neutralidade. De acordo com esses princípios, o pesquisador atuava como se não fosse participante ativo daquilo que pretendia entender, descrever e "descobrir", como se o fenômeno objeto de sua investigação estivesse situado mais além da realidade aparente. A configuração tradicional, na qual investigado e investigador ocupavam lugares hierarquicamente diferentes, replicava-se também na terapia, o terapeuta ocupando o lugar privilegiado de alguém decidido a solucionar o "problema" de seu cliente, tratando de colher informações acerca dos "fatos" constitutivos do problema e de estabelecer hipóteses sobre suas causas da maneira mais objetiva possível. A intervenção deveria ainda ser feita de tal forma que o terapeuta pudesse chegar à solução do problema de modo coerente com a compreensão das informações recebidas e com suas próprias hipóteses prévias. Assim, o terapeuta supostamente manteria uma posição de observador "neutro", "objetivo", restringindo ao mínimo sua participação a fim de garantir uma "pureza" ou "neutralidade" no processo.

Segundo Gianfranco Cecchin (1987), terapeuta italiano e um dos fundadores da abordagem sistêmica de terapia de família conhecida como Escola de Milão, a fria "neutralidade" da prática clínica tradicional precisaria ser revisitada e redefinida como processo de criação de um estado de curiosidade e de irreverência na mente do terapeuta, que conduz à exploração e à invenção de visões e ações alternativas, uma vez que é impossível adotar uma posição neutra na linguagem e que o comportamento de cada ser humano se dá sempre em relação ao comportamento dos outros.

Será que esses deslocamentos, essa mudança de lugar na relação e no processo terapêuticos teriam reflexos no lugar de autoridade dos terapeutas diante de seus clientes? Uma postura mais curiosa e irreverente, como desejava Cecchin, e uma preferência por hipóteses menos rígidas e mais provisórias (hipóteses-tenda, que podem ser desconstruídas e reconstruídas como fazem os nômades do deserto) poderiam afetar a autoridade dos terapeutas e demais especialistas envolvidos no processo? Sendo coerentes com a idéia de que nossas idéias e crenças – nossas "lentes epistemológicas", adotando uma metáfora muito empregada pelos terapeutas e teóricos sistêmicos – delimitam nossa visão e sentimentos, nossa escuta e preconceitos, acreditamos que uma primeira consequência desta "troca de lugar" é a abertura para os padrões estéticos e comunicacionais, para as crenças e as verdades de nossos clientes. Com isto, podemos estar mais conectados com o que eles trazem como desconforto, sofrimento, desejo de mudança e, também, curiosidade. Esta conexão com o universo emocional e simbólico dos clientes confere legitimidade àquilo que lhes dizemos, confere autoridade às nossas ações e intervenções, o que não tem mais relação com a autoridade *a priori* do especialista, alguém que ocupa o lugar do suposto saber.

É claro que, nos domínios das relações sociais, temos que necessariamente partir de algum lugar; precisamos construir uma "cartografia mínima", usando uma expressão de Félix Guattari (1996). Desta maneira, os atos e acontecimentos desencadeados em um determinado contexto ou situação têm potencialmente o poder de transformar as pautas das relações sociais "desde dentro". No processo terapêutico, isto equivale a dizer que os agentes responsáveis por esta nova versão do processo singular construído por consultantes e o terapeuta se convertem em autores, ou melhor, em co-autores de novas narrativas que são construídas, sustentadas e questionadas em um processo de comunicação e coordenação social.

Crise ou Excesso de Autoridade?

Para concluir, evocamos dois episódios que alcançaram grande repercussão na mídia e mobilizaram a opinião pública e que, de diferentes maneiras, se referem a certa percepção difusa de crise de autoridade ou falta de família. O primeiro deles foi um acidente de trânsito no Rio de Janeiro que provocou a morte de cinco jovens. Em meio às responsabilizações e culpabilizações de praxe, em que foram destacadas a violência do trânsito; a falta de segurança das grandes cidades; a impunidade; a ausência de limites claros para os jovens; uma funesta combinação de irresponsabilidade dos pais, que dão carros potentes e velozes a adolescentes ainda inexperientes, e dos filhos, que misturam bebidas alcoólicas e direção, um pai expressou a sua dor e desolação dizendo: "Os filhos escorrem por entre nossos dedos, por mais que os alertemos sobre os riscos e perigos da vida" (*O Globo*, Rio de Janeiro, Primeiro Caderno, p. 12, 7 set. 2006).

O outro episódio, mais recente, envolveu o roubo e espancamento de uma empregada doméstica por rapazes de classe média, moradores da Barra da Tijuca, também no Rio de Janeiro. Posteriormente, justificaram a violência por terem pensado tratar-se de uma prostituta, fato que desencadeou uma série de manifestações veiculadas nos principais jornais e noticiários. A idéia mais recorrente foi a de que teria faltado, no caso dos rapazes agressores, aquilo que tanto falta hoje em dia: a presença do pai e da família. O pai de um deles chegou a admitir que seu filho errou, mas que não deveria ficar preso porque não era bandido e estudava: "(...) bandido é quem troca tiro na favela" (*O Globo*, Rio de Janeiro, Primeiro Caderno, p. 13, 26 jun. 2007).

Os dois episódios fazem pensar. Na primeira situação, a sensação de crise de autoridade vem associada à idéia de que não temos mais controle, não podemos comandar ou instruir nossos filhos, nossos clientes, as pessoas com quem interagimos para fazerem aquilo que desejamos. É a constatação de um limite, já detectado por Maturana e Varela (1995), quando se referiam à impossibilidade de haver interação instrutiva entre os sistemas vivos. Mas a crise, como já vimos, também pode significar transformação e oportunidade de mudança. Neste caso, a sensação de crise estaria mais relacionada às novas formas em que esta autoridade se constitui e se expressa do que com a falta de uma autoridade já instituída. A um modelo *top-down* e hierarquizado de autoridade, contrapõem-se as formas difusas em que as relações de poder e de autoridade se constituem e se reconfiguram. Assim, a autoridade não é um atributo que emana de alguém pela palavra, pela lei, pela proibição, mas ela se constitui nas relações.

No segundo episódio, ao invés de crise ou falta de autoridade, poderíamos pensar justamente no oposto, na repetição e confirmação de algo que foi aprendido em casa. Costuma-se atribuir à família e aos pais a responsabilidade de darem o exemplo, de praticarem efetivamente aquilo que pregam e ensinam como ideais de virtude, como valores morais (faça como eu digo e como eu faço). Por outro lado, muitos pais desejam, paradoxalmente, que seus filhos sejam ao mesmo tempo idênticos e diferentes deles mesmos. Quando o pai de um dos agressores, apesar de não justificar o ato de violência em si, pede tratamento diferenciado para o filho que não pode ser confundido com bandido porque é estudante, pai e filho se identificam, parecem estar compartilhando – um com sua ação, o outro com seu discurso – uma mesma lógica de mundos cindidos, de cidades partidas, de preconceitos que opõem a favela e o asfalto, o estudante e o marginal, o jovem de classe média e a prostituta, o patrão e a empregada.

Segundo Guattari (2002), são precisamente estas oposições dualistas que tradicionalmente guiaram o pensamento social que hoje fazem emergir um cenário de ruptura, de descentramento e de multiplicação de antagonismos, ativando as tensões entre o que o autor designa como os três registros ecológicos: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana.

Mais do que nunca, quando vemos se multiplicarem as discussões e análises acerca dos lugares e figuras de poder, da emergência dos contrapoderes, do chamado "poder paralelo", da desobediência, das linhas de fuga, precisamos lembrar que o mundo em que vivemos é construído socialmente, não está pronto nos esperando com regras, lugares e papéis definidos *a priori*. E, coerentes com a idéia de que no interior de cada mundo existem muitos outros mundos possíveis (multiversos paralelos, como diria Maturana), acreditamos que um dos pressupostos para discutir a autoridade como a "autoria" de uma narrativa, que funciona como vínculo emocional transversal às relações, é pensá-la, sobretudo, como multiplicidade que se manifesta no interior de um sistema aberto e em constante mutação, cujas múltiplas interseções e intercâmbios fazem emergir uma família horizontal e em redes.

REFERÊNCIAS

- ALVÁREZ-URÍA, F. Prólogo a M. Foucault. **Hermenéutica del sujeto**. Madri: La Piqueta, 1987.
- ARENDR, H. What is authority? In: BAHER, P. (Ed.). **The portable Hannah Arendt**. New York: Penguin Books, 2000.
- _____. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2001.
- BARROS, M. L. **Autoridade e afeto. Avós, filhos e netos na família brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- CECCHIN, G. Formulação de hipóteses, circularidade e neutralidade revisitados: um convite à curiosidade. **Family Process**, v. 26, n. 4, dez. 1987.
- _____. Construcionismo social e irreverência terapêutica. In: SCHNITMAN, D. F. (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- DURKHEIM, É. Représentations individuelles et représentations collectives. In: **Sociologie et philosophie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1898-1967.
- ELKAÏM, M. Pour repenser les systèmes. **Revue Chimères**, n. 8, verão 1990.
- FERNANDES, L. Jovens roubam e agridem doméstica. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 jun. 2007.
- FOUCAULT, M. **Hermenéutica del sujeto**. Madri: Ediciones La Piqueta, 1987.
- GUATTARI, F. Diálogo com Harold Goolishian e Carlos Sluzki. In: SCHNITMAN, D. F. (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica. Cartografias do desejo** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. **As três ecologias**. 13. ed. Campinas: Papyrus Editora, 2002.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1807-2001.
- KAFKA, F. **Carta al padre**. Praga: Vitalis, 2002.
- LE MONDE Diplomatique Brasil: Boletim 26. 8 nov. 2007. Disponível em <<http://dipl.uol.com.br/2007-11,a2009>>.
- MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento**. As bases biológicas do entendimento humano. São Paulo: Editorial Psy, 1995.
- MENDES, T. Detido outro acusado de espancar doméstica. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 26 jun. 2007. Primeiro Caderno, p. 13.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. Los estilos de comportamiento. In: MOSCOVICI, S. **Psicología de las minorías activas**. Madrid: Ediciones Morata, 1981.
- _____. Epilogue. In: MOSCOVICI, S.; GRAUMANN, C. (Ed.). **Changing conceptions of leadership**. New York: Springer-Verlag, 1986.
- _____. Notes toward a description of social representation. **European Journal of Social Psychology**, v. 18, p. 211-250, 1988.

PADILLA, G. F. Relato de uma dor. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 7 set. 2006. Primeiro Caderno, p. 12.

PAKMAN, M. Investigación e intervención en grupos familiares. Una perspectiva constructivista. In: **Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales**. Madri: Síntesis, 1999.

PRIGOGINE, I. Dos relógios às nuvens. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

RAPIZO, R. **A questão do poder na terapia de família. Poder ou não poder? Eis a questão**. Anais do I Congresso Brasileiro de Terapia Familiar no Brasil: Estado da Arte. São Paulo, 1995.

_____. **Terapia sistêmica de família. Da instrução à construção**. 1. ed.. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 1998.

RAPIZO, R. et al. Continuando a experiência: os grupos de mulheres e filhos que viveram o divórcio. **Nova Perspectiva Sistêmica**. Ano X, n. 19, agosto de 2001.

SENNETT, R. **Autoridade**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHNITMAN, D. F. (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

WEBER, M. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. 10. reimpressão, 4. ed. alemã.

Endereço para correspondência

Leonora Figueiredo Corsini
E-mail: leonora.corsini@terra.com.br

Recebido em:10/01/2007

Aprovado em:10/08/2007

Revisado em:27/02/2008

¹ Cf. Maturana; Varela (1995).

² Sistemas caóticos são sistemas complexos e instáveis caracterizados por estruturas dissipativas de energia e pela auto-organização. São sistemas profundamente sensíveis e dependentes de trocas com o meio para sua sobrevivência e evolução, e funcionam segundo os princípios da instabilidade e do caos, combinando ordem e desordem, determinismo e probabilidade, acaso e repetição como partes essenciais de sua história. (Para mais detalhes, ver Prigogine (1996) e Rapizo (1998).

³ Ver, para mais detalhes, Schnitman (1996) e também Rapizo (1998).

⁴ De acordo com Moscovici (1988), tal processo de produção discursiva é denominado 'representação social' para se distinguir da concepção clássica de Durkheim (1898-1967) de representação coletiva, referida a algo estático, normativo e totalizante, ao passo que a representação social possui características relacionais, de plasticidade e movimento.

⁵ O comentarista Álvarez-Uría (1987) observa que, aos teóricos e pensadores frankfurtianos e aos (teóricos e pensadores) da Sociologia crítica, interessava justamente a dimensão psicológica de fenômenos como o totalitarismo e a emergência da personalidade autoritária, um interesse que

ultrapassava os limites do regime de poder constituído e apontava para uma crise de autoridade na sociedade no geral, e na família no particular.

⁶A antropóloga Myriam Lins de Barros (1987) desenvolve uma análise bastante original da questão da autoridade na família a partir da perspectiva geracional, em que a autoridade e o afeto permeiam as relações entre avós, filhos e netos.

⁷Dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e do documento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre Indicadores Sociais 1996-2006 indicam que, no Brasil, o número de famílias caracterizadas como "mulher sem cônjuge com filhos" passou de 15,8 milhões em 1996 para 18,1 milhões em 2006. Como há pouco menos de 60 milhões de famílias no país, isto significa que quase um terço das famílias são carregadas pelas mães (*Le Monde Diplomatique Brasil*, 8 nov. 2007. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2007-11,a2009>>. Acesso em: 12 nov. 2007).